

-----ACTA 24/2010-----

-----Da Reunião Ordinária de 18 de Outubro de 2010-----

-----Aos dezoito dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Senhor Presidente perguntou se algum dos Autarcas queria usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício colocou a seguinte questão:-----

-----"Contas de Terceiros - Águas do Ribatejo-----

-----Cerca de 20% do total da factura da água corresponde a Contas de Terceiros. Gostaria de uma forma inequívoca ser esclarecido sobre a cobrança desta taxa, a fim de esclarecer as dúvidas da maioria dos nossos munícipes."-----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que as Contas de Terceiros da factura das Águas do Ribatejo diz respeito à Recolha de Sólidos Urbanos do Município e à Taxa de Recursos Hídricos de Águas e Saneamento da Região Hidrográfica do Tejo.--

-----Usou também da palavra o Senhor Vereador Aranha Figueiredo, que pediu esclarecimentos sobre o facto de ainda não ter sido dado a conhecer o relatório final relativo à inspecção da IGAL, mais, disse que é conhecedor de que já existe um Despacho do Secretário de Estado, datado de Julho de dois mil e dez. Questionou o Senhor Presidente se este Despacho não está já em poder da Câmara, e porque é que não é dado a conhecer.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que o referido relatório ainda não foi entregue à Câmara.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse que na última Assembleia Municipal, foi pelo seu Presidente dada a informação de que o relatório já tinha chegado à Câmara, o que foi negado pelo Senhor Presidente, que disse que não podia ter chegado à Assembleia, se a Câmara ainda não é possuidora do mesmo. -----

-----O mesmo Vereador disse que depois dos recursos apresentados pela Câmara, tem interesse em saber o Despacho, até porque é parte interessada.-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo disse que é interesse de todos saberem qual o conteúdo do relatório final, que só se o Ministério Público o mandar arquivar é que a Câmara não tem razões para se defender, uma vez que não foi acusada, e que tudo isto tem prazos a cumprir, por isso acha estranho que, se a CDU é conhecedora do Despacho com data de Julho de dois mil e dez, como é que ainda não chegou à Câmara.-----

-----O Senhor Presidente solicitou ao Executivo que se incluíssem na Ordem de Trabalhos mais dois pontos, dos quais distribuiu pelos Autarcas uma cópia, relativos à apreciação e aprovação de empréstimo para construção da Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim e construção da Circular Urbana de Almeirim - Troço entre a Estrada de Vale Barrocas e a EM 578. -----

-----O Executivo concordou.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Marília Isabel dos Santos Figueiredo, quarenta e nove de dois mil e dez.-----

-----O Senhor Vice Presidente solicitou também, que no âmbito das obras particulares, fossem mais três assuntos tratados na reunião, sendo o primeiro relativo a uma licença especial para obras inacabadas, em nome de José Valério dos Santos, cuja obra se situa na Rua Edmundo Manuel Loureiro da Gaga, em Foros de Benfica. Leu a informação do Senhor Arquitecto António Forte, do seguinte teor:"O requerente apresenta um pedido de licenciamento de obras inacabadas ao abrigo do artigo 88 do RJUE. Atendendo a que as obras já atingiram um avançado estado de execução deverá a Câmara Municipal reconhecer o interesse na conclusão das obras e que não se mostre aconselhável a demolição da mesma por razões previstas no ponto 4 do artigo supra citado.-----

Caso assim seja entendido apreciado o projecto de arquitectura nos termos do artigo 20º do Decreto Lei nº 555/99 de 16/12 com a nova redacção dada pela Lei nº 60/07 de 4/9 (LICENÇA), nada obsta à sua aprovação devendo ser apresentados os projectos de especialidade de estabilidade, redes de águas e esgotos e gás, no prazo máximo de 6 meses sob pena de caducidade de aprovação de projectos de arquitectura.-----

-----Salvaguarda-se no presente parecer o respeito pelas servidões administrativas não referenciadas na cartografia existente, ou identificadas pelo técnico no presente projecto. A sua omissão na planta de implantação e o não cumprimento das suas disposições legais aplicáveis é da inteira responsabilidade do técnico autor do projecto de arquitectura."-----

-----Foi pelo Executivo deliberado autorizar o pedido de licenciamento de obras inacabadas e reconhecer o interesse da

conclusão das obras, não se mostrando aconselhável a sua demolição.-----

-----A segunda questão colocada pelo Vice Presidente, é relativa ao pedido da ZON TVCABO, para alteração de uso de uma garagem para área técnica, sito no Largo do Campo da Feira, nº 4 em Almeirim.-----

-----Foi solicitada a presença do Arquitecto Forte para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----Os Senhores Vereadores do MICA e CDU, questionaram quanto à colocação de antenas radioelétricas, ao que o Senhor Vice Presidente respondeu que não existirão antenas mas sim cabos, e que existe dificuldade em indeferir o pedido, já que as obras são legais.-----

-----O Senhor Arquitecto Forte informou que quando surgiu a informação, não se tinha ideia do que se iria instalar no local. Surgiu a questão de onde enquadrar o assunto, já que as obras que foram feitas internamente, deviam ser comunicadas à Câmara, mas sem coimas aplicáveis. Neste caso, até foi colocado um contentor dentro de uma adega, para serviços de computadores. Entendeu-se que seria um pedido de alteração de uso, só pelo pedido do relatório acústico. Disse também, que o facto de ter vindo um técnico prestar esclarecimentos e munido de fotos, ajudou a perceber o que iria de facto ser instalado.-----

-----Face às informações do Arquitecto, de que não é possível rejeitar por falta de fundamento, o processo será deferido, e entretanto o Senhor Vice Presidente irá falar com o reclamante.-----

-----O Senhor Vice Presidente deu conhecimento ao Executivo da resposta do Edital afixado, referente à abertura de uma cervejaria, designada de "Cerveja em Pé", sito na Rua de Santarém, em Almeirim, para o qual surgiu uma reclamação, do Senhor Hermenegildo Marmelo.-----

-----O Executivo deliberou autorizar a abertura do estabelecimento.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, LANÇAMENTO DE CONCURSO, PROJECTO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA CONCURSO DE "CONSTRUÇÃO DE CIRCULAR URBANA DE ALMEIRIM - TROÇO ENTRE ESTRADA DE VALE BARROCAS E E.M. 578" - Foi presente a proposta relativa ao assunto acima mencionado, do seguinte teor:-----

-----"Conjugando o nº 1 do artº 36º, o artº 38º, o nº 2 do artigo 40º todos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, com a alínea b), do nº 1 do artº 18º do D.L. nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda da alínea q) do nº 1 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa de 1.247.824,41 € (um milhão e duzentos e quarenta e sete mil oitocentos e vinte e quatro euros e quarenta e um cêntimo) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como aprovada a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Publico, e ainda aprovar o Projecto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para execução da obra:"Construção de Circular Urbana de Almeirim - Troço entre a Estrada de Vale Barrocas e a E.M. 578."-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.--

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO JURI DE PROCEDIMENTO PARA O CONCURSO DE "CONSTRUÇÃO DE CIRCULAR URBANA DE ALMEIRIM - TROÇO ENTRE A ESTRADA DE VALE BARROCAS E E.M. 578".-----

-----Foi presente a proposta do seguinte teor:"Ao abrigo do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L.

nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho como membros do "Júri do Procedimento", para o concurso da empreitada de : "Construção de Circular Urbana de Almeirim - Troço entre a Estrada de Vale Barrocas e a E.M. 578", os seguintes elementos:-----

-----Efectivos:-----

-----Presidente - Vereador José Carlos Silva;-----

-----Vogal - Vereadora Maria de Fátima Pina Cardoso;-----

-----Vogal - Engenheira Maria de Fátima Lopes;-----

-----Suplentes:-----

-----António Joaquim Veríssimo Pisco;-----

-----Luís Alberto Ferreira Leitão.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS, NO JURI, PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO CONCURSO DE "CONSTRUÇÃO DE CIRCULAR URBANA DE ALMEIRIM - TROÇO ENTRE A ESTRADA DE VALE BARROCAS E E.M. 578".-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Conjugando o nº 2 do artigo 50º com o nº 2 do artigo 69º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso da empreitada de "Construção de Circular Urbana de Almeirim - Troço entre a Estrada de Vale Barrocas e a E.M. 578".-----

-----A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE EMPRESTIMO PARA CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor: "Tendo em

conta a apresentação da candidatura de Construção da Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim, cujo valor ascende a 1.133.289,14€ (IVA incluído) com uma comparticipação comunitária de 70% a que corresponderá 793.302,40€.

-----Assim pela faculdade concedida pelos n.ºs 4 e 5 do artigo 39.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais;---

-----Propõe-se a obtenção de empréstimo bancário para o fim da construção desta obra no valor de 339.986,74€."

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE EMPRESTIMO PARA CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR URBANA DE ALMEIRIM - TROÇO ENTRE A ESTRADA DE VALE BARROCAS E A E.M. 578 - O Senhor Presidente apresentou a proposta a seguir transcrita:" Tendo em conta a apresentação da candidatura de Construção da Circular Urbana de Almeirim - Troço entre a Estrada de Vale Barrocas e a E.M. 578, cujo valor ascende a 1.322.693,87€ (IVA incluído), com uma comparticipação comunitária de 70% a que corresponderá 925.885,71€;

-----Assim, pela faculdade concedida pelos n.ºs 4 e 5 do artigo 39.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais;---

-----Propõe-se a obtenção de empréstimo bancário para o fim da construção desta obra no valor de 396.808,16€".

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.-----

-----REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21.08.2006, RELATIVAMENTE À VIRTUALIZAÇÃO DE RECEITAS POR DEBITO À TESOURARIA DE TRANSMISSÃO E LOTES DE RENIT PARA CITATION E POR NÃO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS PREVISTOS NO RZAE, DE ACORDO COM PARECER JURIDICO ANEXO.

-----Relativamente a este assunto o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Considerando que:-----

-----Por deliberação de 21.08.2006 a Câmara decidiu

virtualização mediante débito ao tesoureiro das receitas provenientes das dividas relativas à sanção pecuniária dos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 46º, por incumprimento do prazo de inicio e conclusão da construção e da compensação pela transmissão de lotes nos termos do nº 5 do artº 54º do RZAE;-----

-----O RZAE não prevê sequer, no seu artigo 54º ou qualquer outro, a possibilidade de virtualização da quantia e divida pela compensação devida pela transmissão de lotes;-----

-----O incumprimento dos prazos de inicio e conclusão da construção, apesar de constar do RZAE, reveste natureza estritamente contratual, não tendo, por isso, natureza de sanção administrativa;-----

-----Neste pressuposto, não se afigura legalmente admissível o recurso virtualização mediante débito ao tesoureiro, sendo, por isso, ilegais as normas dos nºs 1 e 2 do artº 46º do RZAE;-----

-----Não é razoável, face aos princípios que devem nortear actividade administrativa e regulamentar do Município, a existência de normas no RZAE que são ilegais, impondo-se, por isso, a sua eliminação;-----

-----Proponho:-----

-----A revogação total da deliberação da Câmara de 21.08.2006 onde foi decidida, com base nos nºs 1 e 2 do artº 46º do RZAE, a virtualização mediante debito ao tesoureiro das quantias devidas como sanção pecuniária relativa ao incumprimento dos prazos de inicio e conclusão das construções nos lotes nºs 61, 62 e 63, no montante de 262 343,95€ e como compensação devida pela transmissão dos mesmos lotes, com base no nº 5 do artº 54º do RZAE, no montante de 172 013,43€;-----

-----Promover-se a alteração do RZAE na parte considerada desconforme com a lei.-----

-----Acompanha esta proposta a informação do Consultor Jurídico da Autarquia, do seguinte teor:" Acção com RENIT-CITATION - Pelo Senhor Presidente foi-me solicitado preparar acção judicial visando obter o pagamento por parte da Renit ou da Citation da sanção pecuniária fixada nos termos dos art. 46º, nº1

(incumprimento do prazo de início e conclusão da construção) e da compensação 54º, nº 5 (transmissão de lotes) do RZAE.-----

-----A sanção pecuniária e a compensação, face ao RZAE, têm diferente natureza jurídica dado que a primeira, considerando a possibilidade da sua virtualização mediante débito ao tesoureiro, poder-se-á dizer que, por poder ser entendida como uma sanção administrativa, assume a natureza de receita extrafiscal, ficando, assim, sujeita ao regime fiscal, ao passo que a segunda, por não estar prevista aquela possibilidade, assumirá natureza de mera sanção contratual.-----

-----Esta distinção é de capital importância porque, enquanto a primeira poderá beneficiar de privilégio de execução prévia e assim, não sendo paga e efectuada a virtualização, pode ser imediatamente cobrada através de execução fiscal e também impugnada judicialmente nos tribunais fiscais (no caso o TAF), a segunda carece de acção judicial, a interpor nos tribunais comuns (no caso, o da comarca de Almeirim), visando obter condenação no pagamento e só após essa sentença e não sendo efectuado o pagamento, é possível o recurso à via executiva.-----

-----Em 21.08.2006, a Câmara deliberou efectuar a virtualização de **ambas**, sanção pecuniária e compensação supra referidas, carecendo manifestamente de base legal para o fazer no tocante à compensação prevista no art. 54º, nº 5, sendo igualmente questionável a legalidade da norma nº 2 do art. 46º do RZAE que prevê a virtualização da sanção pecuniária prevista no nº 1.-----

-----Por outro lado, ainda que ilegalmente virtualizadas, enquanto assim permanecerem essas receitas não podem ser reclamadas senão através de execução fiscal, com o consequente risco (para não dizer certeza) de as mesmas virem a ser impugnadas com base nessa mesma ilegal virtualização.-----

-----Impõe-se, assim, que, para que possa ser interposta acção judicial no Tribunal da Comarca para reclamar o pagamento das referidas quantias, há que ponderar a revogação a deliberação supra referida.-----

-----Assim, a Câmara está perante duas hipóteses:-----

-----1 - A revogação parcial da deliberação de 21.08.2006, apenas na parte relativa à compensação prevista no nº 5 do artº 54º, por ser essa que, manifestamente, não tem sequer previsão na letra do RZAE (art. 54º), de modo a viabilizar a propositura da competente acção judicial para cobrança da quantia devida como compensação pela transmissão dos lotes (172 013,43€).-----

-----O fundamento da revogação parcial seria a inexistência de qualquer norma no RZAE que permita a virtualização da quantia devida a título de compensação pela transmissão dos lotes.-----

-----2 - A revogação da deliberação citada, também na parte relativa à sanção pecuniária prevista no nº 1 do artigo 46º, revogando-se assim, totalmente aquela deliberação.-----

-----Esta revogação teria como fundamento a duvidosa legalidade da norma do RZAE que permite a virtualização da dívida, visando não apenas a futura propositura da acção judicial, mas também considerando a que está em curso no TAF;-----

-----Constatando-se a ilegalidade (ou duvidosa legalidade) das normas dos nºs 1 e 2 do artigo 46º da RZAE, em complemento, poderá a Câmara também deliberar proceder à alteração dessas normas, com a consequente alteração ao RZAE, ordenando a realização do competente procedimento de alteração do RZAE.-----

-----Na primeira hipótese, a acção a interpor no Tribunal de Almeirim apenas poderá reclamar o pagamento de compensação devida nos termos do nº 5 do artigo 54º no montante de 172 013,43€, pela transmissão dos lotes nºs 61,62 e 63. Na segunda hipótese, a acção reclamará o valor supra e ainda o montante devido pela não construção dentro do prazo contratual e regulamentar previsto no nº 1 do artigo 46º no montante de 262 343, 95€, sendo assim, a acção no valor total de 434 357, 38€.--

-----Face às possíveis opções, afigura-se que a Câmara deverá optar pela revogação total da deliberação.-----

-----Com efeito, se, por um lado, o artigo 54º não prevê sequer a virtualização da dívida e se essa virtualização se manifesta como ilegal, e se, por outro lado, os nºs 1 e 2 do artigo 46º que a prevêm são ilegais, deve a Câmara, de acordo com os

princípios gerais que regem a actividade administrativa e regulamentar, conformar-se com o Direito e, como tal revogar a deliberação de 21.08.2006.-----

-----Desta deliberação deve ser dado conhecimento aos interessados, Citation e Banif.-----

-----Assente nestes princípios, atende-se que deverá igualmente ser desencadeado procedimento tendente à reposição da legalidade no RZAE, promovendo-se a alteração do artigo 46º do RZAE, revogando as normas em causa.-----

-----Deste modo, sugerem-se os seguintes procedimentos:-----

-----Com fundamento na ilegalidade das normas dos nºs 1 e 2 do artigo 46º do RZAE que prevêm a virtualização da dívida no caso da sanção pecuniária pelo incumprimento dos prazos regulamentares e contratuais de início e conclusão da construção ainda na não previsão dessa possibilidade de virtualização pelo artigo 54º do RZAE quanto à transmissão de lotes, revogar-se integralmente a deliberação de Câmara de 21.08.2008;-----

-----Ser dado conhecimento da deliberação à Citation e ao Banif;-----

-----Promover-se a alteração do RZAE na parte considerada desconforme com a lei;-----

-----Para o efeito se apresenta minuta de proposta a ser presente a reunião de Câmara".-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse que esta questão resulta da última informação do Dr. Vítor Batista, e que a Câmara não pode ter este procedimento, de débito ao tesoureiro, por se tratar de um contrato, e não de uma coima, logo tem que reclamar junto do tribunal para ser ressarcida do valor.-----

-----O Senhor Vice Presidente concordou que a Citation só pagará, quando obrigada pelo tribunal.-----

-----Posto o assunto a votação, foi o mesmo aprovado com seis votos a favor, cinco do PS e um da CDU, e um voto contra e de vencido do MICA.-----

-----O Vereador representante do MICA fez a seguinte Declaração de Voto: "O MICA vota contra e faz voto de vencido, porque:-----

-----A empresa referida não tinha pago a compensação pela transmissão a terceiros dos lotes 61, 62 e 63, no montante de 172 013,43 euros, e da sanção pecuniária de 25% sobre o valor da aquisição, no montante de 262 343,95 euros, o que quer dizer, a ser correcto este valor, que se tratou de um negócio no valor de 1.049.375,80 €.

-----Portanto o que hoje nos é proposto é a anulação pura e simples da deliberação de 21 de Agosto de 2006, que envolve uma perda para a Câmara de 434 357,58 euros?

-----A justificação que nos é apresentada pelo consultor jurídico, para este grave prejuízo para a Câmara Municipal é a de que "carece manifestamente de base legal".

-----Então tenho que perguntar? Por acaso o consultor jurídico não será o mesmo hoje, em 2010, que em Agosto de 2006?

-----Quem vai ser responsabilizado por esta perda de mais de 500 mil euros? (há que considerar os juros de mora destes anos todos). Só agora, passado este tempo é que deram por isso?

-----E porquê?

-----Mas há mais:

-----1. No parecer do senhor consultor jurídico é proposto a revogação da compensação e da sanção pecuniária, e ao mesmo tempo a alteração do Regulamento. Solicito que me seja explicado e fundamentado, em nome do rigor e da transparência, se "carece de base legal" os artigos do Regulamento referido pelo consultor jurídico, e nos termos legais a alteração só se "aplica para o futuro" como é que, e em que base legal é que a Câmara Municipal vai interpor uma acção judicial para ser ressarcida deste grave prejuízo?

-----2. Quando é que foi, se é que já foram interpostas as acções enunciadas com "pompa e circunstância no jornal o MIRANTE em que, "A Câmara de Almeirim exige ao fundo imobiliário Citation, participado pelo empresário da Chamusca António Varela um montante de 434 mil euros de compensações por incumprimento do regulamento da zona de actividades económicas da cidade."? Ou tratou-se apenas de mais uma daquelas notícias de mera

propaganda, com vista a esconder algo mais grave?-----

-----3. Ficámos agora também a saber, de acordo com o constante do parecer jurídico que a empresa CITATION interpôs em 2006, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, uma acção contra a Câmara Municipal de Almeirim. Nos termos da Lei é exigido ao presidente da Câmara que tivesse informado a Câmara, o que nunca fez. Qual é o valor pedido à Câmara nesta acção? Qual é a situação deste processo? Ou será que esta proposta de anulação das deliberações "faz parte de algum negócio para um eventual acordo, extra judicial", no âmbito desta acção a decorrer do TAFL?-----

-----Por tudo o que enunciei e de acordo com o que é exigido legalmente, votarei contra, e faço voto de vencido, e proponho que seja aprovado a realização de um inquérito, por uma entidade independente, de modo a que sejam apuradas as responsabilidades pela perda, por parte da Câmara Municipal de cerca de 500 mil euros."-----

-----O Senhor Vereador representante da CDU, fez a seguinte Declaração de Voto:"Voto a favor, porque se pretende conformar uma decisão da Câmara com a própria lei, em segundo lugar, porque considero que a Câmara assim, tem mais hipóteses de se ver ressarcida dos seus direitos. Espero que a Câmara saiba defender com afinco os seus interesses em tribunal".-----

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A CLUBES E ASSOCIAÇÕES - Foi presente a proposta para atribuição de subsídios a Clubes/ Associações, para a época 2010/2011, da responsabilidade da Drª Sandra Isabelinha.-----

-----A Drª Sandra Isabelinha esteve presente na reunião, quando este ponto foi discutido. Disse terem havido alguns ajustamentos, face à recolha de dados que foi feita, mas que apesar de ser um novo documento, as verbas se mantêm.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, questionou porque é que existem clubes que não apresentam Plano de Actividades e continuam a receber subsídios, e qual o critério para atribuição dos mesmos. Disse existir uma questão fundamental, é que a Câmara atribui os subsídios, mas o "papel" da Autarquia não se esgota por aqui, e ao longo do ano, vão sendo aprovados uma série de subsídios que vão sendo solicitados, por iniciativa desenvolvida ou a desenvolver, o que cria uma situação de descontrolo e arbitrariedade. Voltou a falar da fundamental importância da existência de um Regulamento, que os aspectos tratados na proposta, será mais que suficiente para o justificar. O regulamento e consequente protocolo, permitiria à Câmara controlar a sua execução e quem não o cumprisse seria penalizado no ano seguinte. Além de que relativamente à atribuição de subsídios a clubes que têm actividade profissional, é ilegal a atribuição de subsidio, sem o competente protocolo ou contrato programa, sendo este um dos pontos focados no relatório do IGAL.-----

-----O mesmo Autarca disse que houve uma recomendação à Câmara da Assembleia Municipal para a elaboração do Regulamento. Que se deveria acabar com esta "teimosia", até porque com a existência de um Regulamento haveria uma actividade mais transparente do uso dos dinheiros públicos. Disse por fim que, tem o maior respeito pelo serviço prestado à comunidade pelas colectividades, pois a ocupação dos jovens desvia-os de caminhos menos dignos.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício congratulou a Senhora Professora Sandra, pelo trabalho realizado. Informou que em tempos elaborou um projecto de Regulamento, que foi posto de lado pelo Vice Presidente, que se comprometeu a fazer um novo, o que até hoje não aconteceu, mas que sabendo da apetência do mesmo para não cumprir o que está escrito, até nem estranha. Mais disse, que todos os elementos focados eram importantes, e que teve esperança que fosse aprovado, mas como a origem do

documento não lhe agradou, este foi destruído, apesar do Regulamento não ter nada de carácter político.-----

-----O Senhor Vice Presidente, esclareceu que o projecto de Regulamento apresentado pelo Vereador Francisco Maurício, era baseado em critérios muito gerais. Que o mais importante era estudar os moldes em que iriam ser atribuídos os subsídios.-----

-----Voltou a usar da palavra o Vereador Aranha Figueiredo, que disse não ter esta concepção relativamente ao Regulamento, e que a abordagem deve ser feita de acordo com as actividades dos clubes. Mesmo que possam haver critérios muito gerais, há sempre alguma subjectividade em relação à atribuição das verbas. Informou que o que se passa normalmente noutros concelhos, é que os subsídios são atribuídos com base nas contas apresentadas, ao que o Vice Presidente respondeu que mesmo assim, há algo de falacioso.-----

-----A Professora Sandra Isabelinha, questionou se não será mais correcto começar a exigir o Relatório de Contas e o Plano de Actividades aos clubes ou associações, proposta esta com a qual todos concordaram.-----

-----Posta esta proposta a votação, foi a mesma aprovada com cinco votos a favor do PS e duas abstenções, da CDU e MICA.-----

-----O Vereador Francisco Maurício leu a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"O MICA abstém-se de votar esta proposta, de novo face à inexistência de um Regulamento que fundamente, com critério definido, o montante a atribuir a cada uma das Instituições. Recordo que a elaboração deste Regulamento foi uma forte recomendação da inspecção da IGAL.-----

-----Estes subsídios são atribuídos, à semelhança dos Culturais. Recreativos e Sociais, com discricionariedade e sem qualquer rigor ou fundamento.-----

-----Estamos perante uma verba de mais de 255.658,00 €, quanto

ao Movimento que represento, uma verba já de alguma dimensão que deveria ser atribuída com critérios rigorosos e sem compadrios.-

-----O MICA volta a exigir, conforme prometido pela maioria PS, que seja rapidamente elaborado um documento para regulamentar estes apoios."-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE E APLICAÇÃO DE SANÇÃO PECUNIÁRIA AOS PROPRIETÁRIOS DOS LOTES 88 E 88 A DA ZAE.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor, relativamente ao lote 88 da Zona de Actividades Económicas:-----

-----"Considerando que:-----

-----A sociedade Gertrudes Amara, Construções Lda, adquiriu o lote nº 88 por escritura datada de 25.10.2000;-----

-----No lote não existe qualquer construção;-----

-----Não deu entrada nos serviços da Câmara, até ao momento, qualquer projecto de construção para este lote;-----

-----Da escritura de compra e venda do lote constam como cláusulas que (i) a adquirente deve iniciar a obra no prazo de um ano e concluí-la no prazo de dois anos contados a partir da data de celebração da escritura; (ii) findos os quais deverá pagar à Câmara uma sanção pecuniária, no primeiro ano, correspondente a 25% do valor de venda do lote ou 50% desse valor, no segundo ano, se a construção não tiver sido iniciada ou de 20%, no primeiro ano, ou 40%, no segundo ano, se a construção não estiver concluída, (iii) e, passados todos estes prazos, a Câmara poderá exercer o direito de reversão do lote;--

-----Nos termos do nº 1 do artigo 45º e nºs 1 e 3 do artigo 46º do RZAE, os adquirentes devem iniciar a obra no prazo de um ano e concluí-la no prazo de dois anos contados a partir da data de celebração da escritura, findos os quais deverão pagar à Câmara uma sanção pecuniária, no primeiro ano, correspondente a 25% do valor de venda do lote ou 50% desse valor, no segundo ano, se a construção não tiver sido iniciada ou de 20%, no primeiro ano,

ou 40%, no segundo ano, se a construção não estiver concluída e, passados todos estes prazos, a Câmara poderá exercer o direito de reversão do lote;-----

-----O valor da sanção pecuniária calculada nos termos supra referidos é de 20 711,39€;-----

-----Estão preenchidos os requisitos para a aplicação do determinado na primeira parte do nº 1 do artº 46º, ou seja, a aplicação da sanção pecuniária 25% sobre o valor do lote no primeiro ano e de 50% daquele valor no segundo e ser exercido o direito de reversão do lote;-----

-----Foi efectuada a audiência da interessada;-----

-----Nos termos das disposições conjugadas da aliena d) do nº 7 do artº 67º e alínea p) do nº 1 do artigo 68º da Lei nº 169/99 (18.09) e artigo 46º do RZAE, proponho:-----

-----A aplicação à sociedade identificada da sanção pecuniária de 20 711,39€, pelo incumprimento dos prazos de início e conclusão da construção no lote nº 88;-----

-----O exercício do direito de reversão do mesmo lote."-----

-----Acompanha esta proposta a informação do Consultor Jurídico, Dr. Victor Batista, que a seguir é transcrito:-----

-----"Reversão do lote nº 88 ZAE - Gertrudes Amara, Construções Lda.-----

-----Tendo em vista o pretendido exercício do direito de reversão do lote supra identificado, há a considerar os seguintes factos:-----

-----O referenciado supra adquiriu o lote supra identificado por escritura datada de 25.10.2000;-----

-----Da escritura de compra e venda do lote constam como clausulas que (i) a adquirente deve iniciar a obra no prazo de um ano e concluí-la no prazo de dois anos contados a partir da data de celebração da escritura; (ii) findos os quais deverá pagar à Câmara uma sanção pecuniária, no primeiro ano, correspondente a 25% do valor de venda do lote ou 50% desse valor, no segundo ano, se a construção não tiver sido iniciada ou de 20%, no primeiro ano, ou de 40%, no segundo ano, se a

construção não estiver concluída, (iii) e, passados todos estes prazos, a Câmara poderá exercer o direito de reversão do lote;--

-----No lote não existe qualquer construção;-----

-----Não deu entrada nos serviços da Câmara, até ao momento, qualquer projecto de construção para este lote;-----

-----Em 07.04.2010, foi enviado à empresa proprietária o ofício nº 1240 em que se referia o incumprimento do Regulamento da ZAE e era comunicado que iria ser solicitada a reversão do lote se o lote não fosse devolvido à Câmara e ou não fosse iniciada a construção;-----

-----A proprietária do lote endereçou correspondência à Câmara manifestando a sua disponibilidade para "devolver" o lote do Município, mediante determinadas condições, que não foram aceites;-----

-----Em consequência, por Despacho do Senhor Presidente de 07.09.2010, foi decidida a intenção de aplicação da sanção pecuniária de 20 711,39€ e exercer o direito de reversão do direito de superfície sobre o lote, nos termos e com os fundamentos de informação;-----

-----Deste Despacho foi notificado à empresa interessada a coberto do ofício nº 3593, de 14.09.2010, que foi devolvido por não ter sido levantado na estação do correio respectiva;-----

-----O legal representante da empresa reuniu com o Senhor Presidente, em 28.09.2010, tendo reiterado a posição assumida anteriormente quanto às condições em que estaria disponível para "devolver" o lote, tendo o Senhor Presidente reiterado a posição da Câmara.-----

-----Recordamos as normas regulamentares aplicáveis, constantes do RZAE:-----

-----Artigo 45º Prazo de início e conclusão da construção - 1 - O adquirente do lote deverá iniciar e concluir a construção da(s) edificação(ões) nos prazos fixados nas deliberações da Câmara e escritura de venda, contados a partir da data prevista nos artigos 38º e 39º.-----

-----Artigo 46º Sanções - 1 - Findo o prazo estabelecido, fica o

adquirente obrigado ao pagamento à Câmara Municipal de uma importância de sanção pecuniária correspondente a 25% do valor do lote, no primeiro ano e correspondente a 50% do segundo ano ou 20% do valor no primeiro ano ou 40% no segundo, consoante a construção não tiver sido iniciada ou concluída respectivamente.

- 2 ------

-----3 -Passados os prazos referidos no nº 1, se a construção não estiver iniciada ou concluída, o lote e as respectivas benfeitorias reverterão a favor da Câmara Municipal de Almeirim, nos termos do disposto no nº 7 do artigo 40º.-----

-----Tal como referimos na informação anterior, perante a situação de facto supra descrita, não subsistem dúvidas que a empresa proprietária do lote nº 88 não cumpriu a cláusula da escritura nem as normas regulamentares que impunham que a construção se teria de iniciar no prazo de um ano, portanto até 25.10.2001, e que deveria estar concluída no prazo de dois anos, portanto até 25.10.2002.-----

-----Então, assim, preenchidos os requisitos para a aplicação do determinado na primeira parte do nº 1 do artigo 46º, ou seja, a aplicação da sanção pecuniária 25% sobre o valor do lote no primeiro ano e de 50% daquele valor no segundo e ser exercido o direito de reversão do lote.-----

-----O montante da sanção pecuniária total é de 20 711,39€.-----

-----A competência para a aplicação pecuniária, bem como para o exercício da reversão, na falta de disposição expressa, pertence à Câmara (artº 64º nº 7, al. D) Lei nº 169/99).-----

-----Deste modo, em conclusão, deve a Câmara deliberar:-----

-----A aplicação à empresa interessada da sanção pecuniária de 20 711,39€, pelo incumprimento dos prazos de início e conclusão da construção no lote nº 88;-----

-----O exercício do direito de reversão do mesmo lote."-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EXERCICIO DE DIREITO DE SUPERFICIE E APLICAÇÃO DE SANÇÃO PECUNIÁRIA AOS PROPRIETARIOS

DOS LOTES 88 E 88 A DA ZAE.-----
-----O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor,
relativamente ao lote 88 A da Zona de Actividades Económicas:---
-----"Considerando que:-----
-----Manuel João Pelarigo da Silva, adquiriu o lote nº 88 A por
escritura datada de 25.10.2000;-----
-----No lote não existe qualquer construção;-----
-----Não deu entrada nos serviços da Câmara, até ao momento,
qualquer projecto de construção para este lote;-----
-----Da escritura de compra e venda do lote constam como
clausulas que (i) a adquirente deve iniciar a obra no prazo de
um ano e concluí-la no prazo de dois anos contados a partir da
data de celebração da escritura; (ii) findos os quais deverá
pagar à Câmara uma sanção pecuniária, no primeiro ano,
correspondente a 25% do valor de venda do lote ou 50% desse
valor, no segundo ano, se a construção não tiver sido iniciada
ou de 20%, no primeiro ano, ou 40%, no segundo ano, se a
construção não estiver concluída, (iii) e, passados todos estes
prazos, a Câmara poderá exercer o direito de reversão do lote;--
-----Nos termos do nº 1 do artigo 45º e nºs 1 e 3 do artigo 46º
do RZAE, os adquirentes devem iniciar a obra no prazo de um ano
e concluí-la no prazo de dois anos contados a partir da data de
celebração da escritura, findos os quais deverão pagar à Câmara
uma sanção pecuniária, no primeiro ano, correspondente a 25% do
valor de venda do lote ou 50% desse valor, no segundo ano, se a
construção não tiver sido iniciada ou de 20%, no primeiro ano,
ou 40%, no segundo ano, se a construção não estiver concluída e,
passados todos estes prazos, a Câmara poderá exercer o direito
de reversão do lote;-----
-----O valor da sanção pecuniária calculada nos termos supra
referidos é de 20 711,39€;-----
-----Estão preenchidos os requisitos para a aplicação do
determinado na primeira parte do nº 1 do artº 46º, ou seja, a
aplicação da sanção pecuniária 25% sobre o valor do lote no
primeiro ano e de 50% daquele valor no segundo e ser exercido o

direito de reversão do lote;-----
-----Foi efectuada a audiência da interessada;-----
-----Nos termos das disposições conjugadas da aliena d) do nº 7 do artº 67º e alínea p) do nº 1 do artigo 68º da Lei nº 169/99 (18.09) e artigo 46º do RZAE, proponho:-----
-----A aplicação ao proprietário da sanção pecuniária de 20 711,39€, pelo incumprimento dos prazos de início e conclusão da construção no lote nº 88 A;-----
-----O exercício do direito de reversão do mesmo lote."-----
-----Acompanha esta proposta a informação do Consultor Jurídico, Dr. Victor Batista, que a seguir é transcrita:-----
-----"Reversão do lote nº 88 A ZAE - Manuel João Pelarigo da Silva.-----
-----Tendo em vista o pretendido exercício do direito de reversão do lote supra identificado, há a considerar os seguintes factos:-----
-----O referenciado supra adquiriu o lote supra identificado por escritura datada de 25.10.2000;-----
-----Da escritura de compra e venda do lote constam como cláusulas que (i) a adquirente deve iniciar a obra no prazo de um ano e concluí-la no prazo de dois anos contados a partir da data de celebração da escritura; (ii) findos os quais deverá pagar à Câmara uma sanção pecuniária, no primeiro ano, correspondente a 25% do valor de venda do lote ou 50% desse valor, no segundo ano, se a construção não tiver sido iniciada ou de 20%, no primeiro ano, ou de 40%, no segundo ano, se a construção não estiver concluída, (iii) e, passados todos estes prazos, a Câmara poderá exercer o direito de reversão do lote;--
-----No lote não existe qualquer construção;-----
-----Não deu entrada nos serviços da Câmara, até ao momento, qualquer projecto de construção para este lote;-----
-----Em 07.04.2010, foi enviado ao proprietário o ofício nº 1240 em que se referia o incumprimento do Regulamento da ZAE e era comunicado que iria ser solicitada a reversão do lote se o lote não fosse devolvido à Câmara e ou não fosse iniciada a

construção;-----

-----O proprietário do lote endereçou correspondência à Câmara manifestando a sua disponibilidade para "devolver" o lote do Município, mediante determinadas condições, que não foram aceites;-----

-----Em consequência, por Despacho do Senhor Presidente de 07.09.2010, foi decidida a intenção de aplicação da sanção pecuniária de 20 711,39€ e exercer o direito de reversão do direito de superfície sobre o lote, nos termos e com os fundamentos de informação;-----

-----Deste Despacho foi notificado o interessado a coberto do ofício nº 3594, de 14.09.2010, e recebido a 23.09.2010, no qual foi concedido o prazo de 10 dias para se pronunciar;-----

-----O interessado não exerceu o direito de participação por escrito, mas em 28.09.2010, reuniu com o Senhor Presidente, tendo reiterado a posição assumida anteriormente quanto às condições em que estaria disponível para "devolver" o lote, tendo o Senhor Presidente reiterado a posição da Câmara.-----

-----Recordamos as normas regulamentares aplicáveis, constantes do RZAE:-----

-----Artigo 45º Prazo de início e conclusão da construção - 1 - O adquirente do lote deverá iniciar e concluir a construção da(s) edificação(ões) nos prazos fixados nas deliberações da Câmara e escritura de venda, contados a partir da data prevista nos artigos 38º e 39º.-----

-----Artigo 46º Sanções - 1 - Findo o prazo estabelecido, fica o adquirente obrigado ao pagamento à Câmara Municipal de uma importância de sanção pecuniária correspondente a 25% do valor do lote, no primeiro ano e correspondente a 50% do segundo ano ou 20% do valor no primeiro ano ou 40% no segundo, consoante a construção não tiver sido iniciada ou concluída respectivamente.

- 2 ------

-----3 - Passados os prazos referidos no nº 1, se a construção não estiver iniciada ou concluída, o lote e as respectivas benfeitorias reverterão a favor da Câmara Municipal de Almeirim,

nos termos do disposto no nº 7 do artigo 40º.-----

-----Tal como referimos na informação anterior, perante a situação de facto supra descrita, não subsistem duvidas que o proprietário do lote nº 88 A não cumpriu as clausulas da escritura nem as normas regulamentares que impunham que a construção se teria de iniciar no prazo de um ano, portanto até 25.10.2001, e que deveria estar concluída no prazo de dois anos, portanto até 25.10.2002.-----

-----Então, assim, preenchidos os requisitos para a aplicação do determinado na primeira parte do nº 1 do artigo 46º, ou seja, a aplicação da sanção pecuniária 25% sobre o valor do lote no primeiro ano e de 50% daquele valor no segundo e ser exercido o direito de reversão do lote.-----

-----O montante da sanção pecuniária total é de 20 711,39€.-----

-----A competência para a aplicação pecuniária, bem como para o exercício da reversão, na falta de disposição expressa, pertence à Câmara (artº 64º nº 7, al. D) Lei nº 169/99).-----

-----Deste modo, em conclusão, deve a Câmara deliberar:-----

-----A aplicação ao interessado da sanção pecuniária de 20 711,39€, pelo incumprimento dos prazos de inicio e conclusão da construção no lote nº 88 A;-----

-----O exercício do direito de reversão do mesmo lote."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou se esta é a primeira vez que a Câmara toma esta atitude, com a qual concorda.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que sim, comunicou que todos os lotes foram vendidos, e que ao longo deste tempo tem havido por parte da Autarquia compreensão mas também pressão em relação ao assunto. Mas, neste momento, há interessados em se instalarem na Zona Industrial, por isso é incompreensível que a Câmara não use o direito de reversão, a fim de vender os lotes aos interessados.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou quantos lotes estão nas mesmas condições, e qual foi o critério para se ter começado por estes dois lotes, ao que o Senhor Presidente respondeu que são vários, e que se começou pelos mais antigos.--

-----Postas as propostas a votação, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, com a Declaração de Voto do MICA e CDU.-----

-----Declaração de Voto da CDU:"Voto a favor as duas propostas, tendo como pressuposto que este vai ser o procedimento para todos casos existentes na Zona Industrial".-----

-----Declaração de Voto do MICA:"O MICA vota favoravelmente esta proposta inovadora, porque, nunca até hoje, a Câmara fez a reversão de qualquer lote, no pressuposto que todos os outros lotes, nas mesmas condições tenham o mesmo tratamento".-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO JUNTO AOS CTT - O Senhor Vereador José Carlos apresentou a seguinte proposta:-----

-----" De acordo com a solicitação anexa e após análise ao local, proponho a colocação de um sinal identificado - CTT - cargas e descargas - máximo 15 m - bem como delimitação do espaço a utilizar.-----

-----Proponho ainda a cedência de um lugar de estacionamento do outro lado da Rua 5 de Outubro com identificação para os mesmos serviços (em estacionamento já existente)".-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade, com a seguinte ressalva por parte do Senhor Vice Presidente:"Voto a favor, enquanto os Correios como Empresa Publica, no momento em que seja privatizada que se cobre o estacionamento".-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----RANCHO FOLCLORICO INFANTIL E VELHAS GUARDAS DE FAZENDAS DE

ALMEIRIM - Presente o pedido de apoio financeiro por parte do Rancho, para fazer face às despesas tidas na realização da "Festa das Vindimas em Fazendas de Almeirim. O valor mencionado pelo mesmo é de 3000€.

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 50% deste valor, ou seja, 1500€.

-----GRUPO DESPORTIVO FAZENDENSE - Solicitam apoio financeiro para pagamento aos árbitros, aquando da realização do "Torneio do Concelho".

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder à transferência de 50% do valor referido pelo grupo, sendo o apoio de 150€.

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE PETANCA - Presente o pedido da referida secção, para apoio a despesas no âmbito da realização do 5º Torneio Aberto em Doublete Taça Cidade de Almeirim. O valor total mencionado no pedido é de 2101.00€. O Senhor Vice Presidente não esteve presente nesta votação, por se encontrar legalmente impedido.

-----Foi deliberado, atribuir apoio financeiro de 50%, cujo valor é 1050,50€.

-----HOQUEI CLUBE OS TIGRES - Solicitam apoio financeiro para deslocação aos Açores, para disputar o jogo com H.C. São Roque, no próximo dia 11 de Dezembro de 2010. O valor mencionado no pedido é de cerca de 4.500€.

-----Foi deliberado solicitar ao Clube qual o custo a ter com os bilhetes, bem como, a importância que actualmente era suportada pela Federação Portuguesa de Patinagem.

-----VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE ANDEBOL - É solicitado pela Secção de Andebol, apoio financeiro para pagamento de inscrição de atletas para a época 2010/2011. Acompanha o pedido cópia do recibo, no valor de 5.000€.

-----A Câmara deliberou por unanimidade, proceder à

transferência de 50% deste valor, ou seja, 2.500€.

-----FRATERNA AJUDA CRISTÃ - É solicitado apoio financeiro, por parte da FAC, para realização da venda de Natal, à semelhança dos demais anos.

-----O Executivo, deliberou por unanimidade, mandar as Senhoras Vereadoras para proceder à compra de peças de utilidade, as quais serão entregues a famílias menos favorecidas.

-----UNICEF - A Câmara tomou conhecimento da carta da Unicef, a enviar um catálogo de cartões de Natal, para possível aquisição.

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM- SECÇÃO DE TENIS - A Secção de Ténis solicita apoio financeiro para a inscrição de atletas da época 2009/2010. O valor total é de 5.841€.

-----A Câmara deliberou solicitar à Secção os nomes dos atletas e/ou dirigentes a que se refere este valor.

-----GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL - Foi presente o pedido de apoio para aquisição de lentes, em nome de Miguel Ângelo Vinagre, residente na Rua da Rega, nº2, em Almeirim. O pedido está devidamente contextualizado pelo GAS. O custo das lentes, e segundo factura que acompanha o pedido, é de 80€.

-----A Câmara deliberou por unanimidade pagar a totalidade das lentes.

-----HOQUEI CLUBE OS TIGRES - SECÇÃO DE PESCA DESPORTIVA - A Secção de Pesca Desportiva deste Clube, solicita apoio financeiro para fazer face às despesas inerentes à participação da equipa sénior masculina, no Campeonato Nacional da 1ª Divisão. O valor solicitado é de cerca de 1.000€.

-----A Câmara deliberou proceder à transferência de 50% do valor, cujo montante são 500€.

-----DIREITO DE PREFERENCIA - Foi presente o requerimento em nome Sociedade Construtora Almeirinese, Lda e Imobiliária Scalcasa, Lda, solicitando certidão da Autarquia do eventual uso de direito de preferência, da venda que pretende fazer da fracção autónoma, designada por letra "G", correspondente ao terceiro andar esquerdo, número 15, do prédio urbano sito na Rua Vinha do Santíssimo, em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar do direito de preferência.-----

-----PESSOAL - O Senhor Presidente deu conhecimento ao restante Executivo de dois pedidos de funcionárias, Maria do Carmo Mendes Pereira Gomes Lourenço Crucho e Teresa Paula Teles de Aquino Paour Magalhães, em que solicitam autorização para acumulação de funções privadas, o qual o foi autorizado.-----

-----AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros ao serviço das seguintes entidades:--

-----Senhor Vítor Evangelista, 297,72€; Fraterna Ajuda Cristã, 233,22€; Foot Almeirim, 172,73€; Futsal da Conforlimpa, 207,16€; União de Veteranos de Almeirim, 325,12€; Confraria de Almeirim, 249,50€; Centro de Recuperação Infantil de Almeirim, 377,52€; Escola Febo Moniz, 141,26€; Banda Marcial de Almeirim, 1169,30€; Escuteiros de Almeirim, 294,61€.-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuída a acta de 21 de Junho e 4 de Outubro de 2010, foram as mesmas aprovadas por unanimidade.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das

senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e vinte minutos foi encerrada a
reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta,
que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor
Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica